

Relatório da Reunião Pública – O direito à Educação Infantil em creches e pré-escolas

I – Introdução

Este relatório apresenta o debate ocorrido na Reunião Pública que debateu “O direito à Educação Infantil em creches e pré-escolas”. A reunião ocorre no dia 25 de março de 2024, na Sala de Reunião das Comissões Deputado Juarezão na CLDF.

A reunião teve como objetivo tratar da situação e dos desafios da educação infantil e das creches no Distrito Federal, visando pensar soluções e medidas para esta questão.

A sessão foi presidida pelo deputado distrital Gabriel Magno. As participantes da mesa foram: Deputada Federal Érika Kokay; Carolina Helena Michele Velho, representante da UNICEF; Maria Aparecida Camarano Rocha, a Cida Camarano, membro do Fórum de Educação Infantil do DF; Rosilene Costa, do movimento MAMA, Márcia Gilda, que está representando o Sindicato dos Professores do Distrito Federal – SINPRO-DF; Maria Susley Pereira, Chefe da Unidade de Gestão Estratégica da Subsecretaria de Educação Básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

O debate foi transmitido pela internet em tempo real pelo canal do Youtube da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

II - Contribuições

Participante	Falas
Carolina Helena Michele Velho, representante da UNICEF	1) Realizou um balanço histórico da situação da educação infantil no Distrito Federal. Ressaltou que a educação infantil é um direito de bebês e crianças. Citou a falta de Centros de Educação da Primeira Infância (CEPIs) em algumas regiões administrativas, o que limita o atendimento da demanda dos cidadãos. Apresentou dados sobre as crianças que estão fora da escola, que são justamente as mais vulnerabilizadas: crianças negras e filhas de mães com 19 anos de idade, ou menos, além da baixa escolarização dos pais. 2) Apresentou algumas ações que a UNICEF promove no Brasil e no Distrito Federal no âmbito da educação infantil.
Maria Aparecida Camarano Rocha, membro do Fórum de Educação Infantil do DF	1) Ressaltou a urgência de melhorar a educação infantil e solucionar os problemas históricos que persistem na área. Enfatizou a importância de uma perspectiva intersetorial para o sucesso da política pública de educação básica do Distrito Federal. 2) Defendeu a valorização de todos os profissionais que atuam na educação básica, incluindo professores, professoras, e os profissionais não docentes. 3) Apresentou dados do monitoramento realizado pelo Fórum de Educação Infantil do Distrito Federal sobre a efetivação do PNE e do PDE. Destacou as seguintes necessidades: ampliar a oferta de vagas em creches; reduzir o número de crianças por turma; assegurar a qualidade das estruturas que receberão estas crianças; fortalecer a formação continuada dos profissionais; implementação de uma proposta pedagógica específica pra realidade de cada instituição; sucateamento da educação especial; rotatividade dos professores temporários impede o desenvolvimento de um trabalho contínuo nas escolas e creches.
Erika Kokay, deputada federal	1) Ressaltou a necessidade do cumprimento das metas do PDE e do PNE, estabelecidas democraticamente. Enfatizou que o desrespeito a essas metas configura um retrocesso na qualidade da educação pública. 2) Expôs a importância crucial da primeira infância no desenvolvimento humano e

	social. Defendeu a universalização da educação básica com recortes específicos que respeitem e atendam às diversas singularidades dos alunos. Destacou a educação inclusiva como tema de discussão permanente, reconhecendo a mobilização e a resistência da comunidade de pessoas com deficiência. 3) Criticou a mercantilização da educação e da saúde através do processo de voucherização. Defendeu o projeto pedagógico como norteador da educação, e a centralidade do educador neste processo.
Rosilene Costa, do movimento MAMA	1) Destacou a importância da primeira infância e a necessidade de garantir o direito à educação de qualidade para todas as crianças. Fez uma árdua defesa por uma educação de qualidade que trate as crianças com respeito, não como um número. 2) Citou a falta de vagas em creches, em que a SEDF deixou de atender 4 mil crianças que tinham direito à creche, mas não tinham vagas. Além disso, ressaltou a qualidade precária de algumas creches conveniadas: com a falta de materiais escolares, falta de formação dos professores, salas lotadas, entre outros. 3) Para a palestrante, há a falta de transparência dos dados por parte da SEDF, dificultando o planejamento das famílias. Ressaltou a falta de planejamento estratégico na abertura de vagas, sem considerar as necessidades de cada região do DF, o que ocasiona excedente de vagas em algumas áreas e falta de vagas em outras. Criticou a desvalorização dos profissionais da educação e a precarização das condições de trabalho dos professores e monitores.
Márcia Gilda, representante do SINPRO-DF	1) Destacou o acesso à creche como direito social das crianças, garantido pela CF e pelo ECA. Lamentou o descumprimento do Plano Distrital de Educação, e a situação do atendimento lotado na educação infantil, que transformou as creches em depósitos de crianças. 2) Ressaltou a conquista dos CEPIs para o Distrito Federal, mas lamentou o flagrante descumprimento do PDE por parte do governo. A falta de creches prejudica principalmente as mulheres, sendo uma obrigação do Estado oferecer atendimento à educação infantil.
Maria Susley Pereira, Chefe da Unidade de Gestão Estratégica da Subsecretaria de Educação Básica da SEE-DF.	1) Afirmou a preocupação da Subsecretaria de Educação Básica (SubEB) com a qualidade da educação infantil. Citou que em torno de 6 mil famílias aguardam matrícula em creche. 2) Ressaltou a preocupação com a formação continuada dos profissionais da educação infantil, tanto os professores de contrato temporário quanto os profissionais que atuam nas instituições parceiras. Disse também que existem comissões gestoras que monitoram a rede para evitar as situações que foram citadas no debate. Além disso, afirmou que as preocupações levantadas durante a discussão já são debatidas internamente na SubEB.
Maria Auristela Barbosa Alves de Educação – Profa. SEE-DF/EAPE, Fórum de Educação Infantil do DF.	1) Pediu à SEE-DF que observe as normativas existentes na produção de sua documentação. Ressalta a importância do PDE e da quantidade máxima de crianças por turma previsto como meta do Plano. Que tem observado o descumprimento dessa meta nas escolas de educação infantil. Além disso, pediu observância da Nota Técnica nº 4 do MEC, que dispensa a obrigatoriedade de apresentação do laudo para acesso e apoio a educação especial. Em contrariedade com a política atual de atendimento da educação precoce, que exige um diagnóstico.
Aline Janine Sena – membro do movimento MAMA.	1) Revelou sua preocupação sobre a idade de corte para a inscrição das crianças. Como a secretaria realiza seu planejamento se não possuem os dados das crianças inscritas? 2) Outra preocupação é a falta de transparência dos dados da Secretaria de Educação. Há uma dificuldade para acessar os dados, e as respostas da secretaria são vagas.
Delzair Amancio- Diretora da ACT/DF: Associação de Conselheiros, ex- conselheiros e suplentes.	1) A falta de vagas em creches para crianças é uma violação do direito por parte do Estado. As creches e escolas são um espaço vital para o reconhecimento de violências sofridas pelas crianças. O não acesso à creche viola outros direitos, como o direito à alimentação e dos direitos da mãe. 2) Ressaltou que a SEE-DF deve pensar em uma alternativa em relação ao horário das creches. Há muita dificuldade de conciliar o horário do emprego e o horário de buscar a criança na creche.
Sandra Zita Silva Tiné – Assege, gabinete da	1) Parabenizou o debate do grupo e a importância do aprofundamento na questão complexa da educação infantil. Um debate que é necessário e que

Mesa Diretora da CLDF.	afirma o posicionamento plural da CLDF em proporcionar essas discussões. Conclui que o debate é amplo e perpassa diversas instâncias da administração pública.
------------------------	--

III – Encaminhamentos

Requerimento de informações enviado para a Secretaria de Estado de Educação através do Ofício nº 184/2024-CESC, localizado no processo SEI nº 00001-00015672/2024-77:

1. Tendo em vista a discrepância dos dados citados no evento, qual é o número atual de candidatos a vagas nas creches e pré-escolas?
2. Quantas e quais as mães que aguardam vagas em creches e que estão com medidas de proteção judicial em função de ameaças a suas vidas derivadas de violência doméstica ou familiar?
3. Quais as ações no programa de trabalho da EAPE atualmente são direcionadas para o aperfeiçoamento dos professores das instituições conveniadas da educação infantil? Quais estão previstas para o futuro próximo?
4. Existe, no âmbito da SEE, alguma política de trabalho em parceria com os Conselhos Tutelares?

IV - Conclusão

A educação infantil se configura como um período crucial no desenvolvimento da criança, exercendo um papel fundamental na sua formação integral. Nessa etapa, a criança vivencia um intenso processo de aprendizado e crescimento, tanto físico quanto cognitivo, emocional e social. As experiências e estímulos recebidos na educação infantil influenciam diretamente o seu desenvolvimento futuro, sendo a educação infantil compreendida como a primeira etapa da educação básica. A creche e a pré-escola se configuram como espaços de aprendizagem, cuidados, brincadeiras e socialização, essenciais para o desenvolvimento pleno da criança.

O direito à educação infantil é garantido pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e organizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Apesar da obrigatoriedade do Estado em ofertar vagas, a matrícula de crianças de 0 a 3 anos na creche não é compulsória aos pais. Esta escolha, no entanto, não pode ser condicionada à falta de vagas ou à baixa qualidade do serviço prestado. O Estado tem a obrigação de garantir a vaga em creche sempre que houver a manifestação do interesse em matricular a criança. O não atendimento deste direito constitui violação do direito à educação.

O panorama da educação infantil no Distrito Federal, apresentado durante o debate, levanta sérias preocupações. Os dados da Subsecretaria de Educação Básica da SEE-DF revelam que 6.000 famílias aguardam vaga na fila das creches. É provável que este número seja subnotificado, pois muitas famílias não formalizam o interesse devido à longa fila de espera ou à baixa qualidade do serviço oferecido.

Nas pré-escolas, a situação também é crítica, com turmas superlotadas e carência de profissionais da educação e monitores para fornecer o necessário apoio pedagógico. A

realidade de uma sala com 30 crianças de 0 a 5 anos torna o trabalho do professor extremamente desafiador, impondo inclusive restrições ao uso do banheiro por falta de quem possa supervisionar as crianças. Tais condições configuram um claro descumprimento do Plano Distrital de Educação (PDE).

Outro ponto de grande preocupação é a insuficiência de formação contínua para os profissionais da educação infantil, especialmente nas instituições parceiras. Ainda no sentido da formação contínua, a alta rotatividade de professores de contrato temporário também dificulta o atendimento das especificidades da área, impactando negativamente a qualidade do ensino.

Os desafios apresentados exigem medidas urgentes. A cada três anos, bebês e crianças têm seus direitos violados por falta de acesso à educação infantil. Os prejuízos causados por essa violação são imensuráveis e dificilmente recuperáveis. Além disso, a violação do direito à educação infantil gera impactos em outros direitos, principalmente os da mãe, que muitas vezes se vê obrigada a abandonar o mercado de trabalho para cuidar da criança.

A superação desses desafios depende da articulação de diferentes instâncias do poder público, em um esforço conjunto para garantir o direito à educação infantil de qualidade para todas as crianças. O debate evidenciou as necessidades das famílias que buscam seu direito e dos profissionais da educação infantil na busca por melhores condições de trabalho.

Fontes:

CLDF debate estratégias para educação infantil. In: <https://www.cl.df.gov.br/-/cldf-debate-estrategias-educacionais-para-criancas-nesta-segunda-25->

Transmissão na TV Câmara - REUNIÃO PÚBLICA - 09h30- O direito à Educação Infantil em creches e pré-escolas- 25/03/2024. In: <
https://www.youtube.com/watch?v=cAwJSh7088c&ab_channel=TVC%C3%A2maraDistrital>